

as relações entre o individual, o universal e o singular; mas também entre a razão e o coração, o pensar e o querer; e entre essência, hipóstase e pessoa gramatical; e entre natureza e racionalidade. Qualifica a pessoa como unidade concreta e irreduzível, sujeito do bem-ser, redundando em bem-estar ou ser feliz, e objecto do amor. Estabelece as diferenças em relação aos (outros) animais. E entre viver e ser. Estuda a vocação de *homo religiosus* e a sua relação com a transcendência. E justifica-o como ser moral, dotado de liberdade e responsabilidade e em relação com a norma. Analisa também a relação da pessoa humana com o tempo e a eternidade, não obstante a sua finitude e morte. A humana possibilidade do verdadeiro. O que devemos entender por alma e pela imortalidade desta. E o autor não evita enfrentar a questão de se todos os homens são pessoas, apresentando seis argumentos em favor de uma resposta afirmativa.

No seu todo, estamos perante um estudo sério, numa base de fina observação e descrição fenomenológicas e do subsequente esforço de interpretação, em discurso muito bem conduzido, feito de frases curtas que o tornam transparente e facilitam a sua compreensão.

JORGE COUTINHO

BARDOUT, Jean-Christophe (dir.), **Philosophie et Théologie à l'époque moderne. Anthologie tome III**, coll. «Philosophie & Théologie», sous la direction de Philippe CAPELLE-DUMONT, Les Éditions du Cerf (www.editionsducerf.fr), Paris, 2010, 492 p., 210 x 135, ISBN 978-2-204-08178-8.

Terceiro volume da antologia de textos dirigida por Ph. Capelle-Dumont – vd.

sobre os dois primeiros *Theologica* 44 (2009) 446-448 – apresenta textos de vinte e oito pensadores do época «moderna», acrescida de vários de índole temática. Sempre tendo em vista o respectivo contributo para a história da relação entre a fonte bíblica e a fonte grega do pensamento ocidental. Entre os primeiros contam-se Lutero, Calvino, Erasmo, Descartes, Pascal, Spinoza, Leibniz, Kant, Fichte, Schelling, Hegel, Comte, Schleiermacher, Feuerbach, Marx, Nietzsche... Entre os segundos, a teologia física, as tensões entre cepticismo e teologia, filosofia e mística, materialismo e teologia...

O fio condutor da sequência dos textos e respectivos autores está muito bem definido por Ph. Capelle-Dumont nas breves páginas (9-14) de apresentação do volume. Por sua vez, o director do mesmo volume, J.-Chr. Bardout, sob o sugestivo título englobante de «Le Verbe ou la Raison», na sua Introdução (15-65), faz uma análise bastante detalhada do desenvolvimento das diferentes posições, tendo em conta, além do mais, os respectivos contextos históricos, culturais e religiosos. Começa por evidenciar o carácter instável do equilíbrio entre filosofia e teologia no decurso dos tempos. Detém-se em seguida sobre o declínio dos modelos escolásticos na aurora dos tempos modernos e o surgimento de novas perspectivas (Reforma, humanismo, cepticismo...). Um estudo atento dedica à nova distribuição de papéis operada por Descartes e às suas sequelas. Do mesmo modo procede ao analisar a tendência para, a partir do Iluminismo, o Verbo de Deus dar lugar a uma Razão universal, originando as filosofias idealistas.

Em cada autor ou tema apresentado, o volume apresenta uma bibliografia essencial, activa (textos) e passiva (estudos). E, no final, um índice onomástico geral.

Seja para a filosofia seja para a teologia (esta, naquele espaço consagrado precisamente à relação entre a razão e a fé, que é o da teologia fundamental) este terceiro volume, na sequência dos dois primeiros e na expectativa do quarto e último, pode constituir um precioso instrumento para a compreensão daquela problemática relação, na pluralidade das abordagens de que foi objecto no pensamento moderno, embora mais no filosófico que no teológico.

JORGE COUTINHO

SOUZA, José Antônio de C. C. de, **As relações de poder na Idade Média Tardia. Marsílio de Pádua, Álvaro Pais O. Min. e Guilherme de Ockham O. Min.**, EST Edições / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto Alegre / Porto, 2010, 360 p., 230 x 160, ISBN 978-85-7517-143-1 (EST) / 978-972-8932-47-3 (Fac. de Letras).

O estudo das relações de poder entre a Igreja e o Estado é de grande relevância para a compreensão de muitas coisas acontecidas no decurso de dois milénios da história do cristianismo. Uma razoável variedade de modelos foi teorizada e praticada, conforme as circunstâncias epocais. No tempo presente, em pleno século XXI, não obstante a clarificação daquelas relações operada pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II (const. *Gaudium et spes*), a exacerbação do espírito de autonomia de toda a ordem temporal das coisas, acrescido do declínio da fé e do avanço do ateísmo, tem conduzido a filosofia política e a prática de muitos governantes no sentido da imposição de um laicismo à *outrance*, tendente, no fundo e ao que parece, a fazer desapare-

cer a própria religião não só dos espaços públicos mas também do próprio coração dos crentes.

Este livro do prof. José Antônio de C. R. de Souza, na sequência de outros estudos (alguns dos quais publicados nesta revista), não obstante constituir um estudo sobre autores que teorizaram as referidas relações de poder nos finais da Idade Média, ganha, também por isso – que não só –, um cariz de oportunidade. A história é mestra da vida. Conhecer o passado ajuda, muitas vezes, a compreender o presente de que se constitui como contexto, mesmo que mais ou menos remoto, e de que é sempre um modelo de referência (mesmo que em modo de anti-modelo). No caso dos autores estudados por José Antônio de Souza, a situação histórica era a da grande crise nos finais da Idade Média, em que se anunciava o novo espírito que seria o da modernidade. No tempo presente, está-se no interior de outra grande viragem e grande crise: a da passagem da modernidade pura e dura a algo diferente que muitos, desde Lyotard, à falta de melhor expressão e ainda situados no interior da mesma crise, gostam de designar, vagamente, por pós-modernidade. Alguns identificam-na com uma era pós-cristã, em que se recusa em bloco todo o cristianismo, algo bastante mais radical do que fora o tempo da crise dos séculos XIV-XV, em que o que esteve sob julgamento e em princípios de um processo de desaparecimento era, antes, a cristandade. Bem vistas as coisas, se é verdade que, do lado da Igreja, ou das Igrejas, em geral o princípio da secularidade e laicidade da ordem temporal foi assumido, não parece ter havido, em muitos casos, uma postura correspondente do lado do poder po-